De falácias e de cultura*

Hermano Roberto Thiry-Cherques**

SUMÁRIO: 1. Introdução; 2. Cuidar da cultura; 3. O Estado curador; 4. A espontaneidade do privado; 5. Como se.

PALAVRAS-CHAVE: cultura; administração; falácias; gestão.

Este artigo discute os pontos de vista sobre quem deve ser responsável pela administração da cultura, tentando demonstrar a precariedade lógica dos argumentos empregados tanto pelos que sustentam que a gestão cultural deve ser conduzida pela administração pública, quanto por aqueles que defendem a condução pelo setor privado.

On fallacies and on culture

This paper discusses the opinions about who should be responsible for culture administration. It brings up logic considerations in order to demonstrate the weaknesses in the arguments put forth to sustain either public or private cultural management.

1. Introdução

Este é um artigo sobre a administração da cultura. Nele, procuramos fomentar dúvidas e levantar suspeitas. As dúvidas são sobre se o Estado deve cuidar da cultura. As suspeitas são sobre as razões de quem diz o contrário.

Para justificar a abordagem que demos à nossa argumentação, devemos começar com uma trama antiga. Contam os lógicos que Protágoras, o so-

* Artigo recebido em jan. e aceito em ago. 2001.

** Mestre em filosofia, doutor em engenharia e professor titular da EBAP/FGV, atualmente realizando pesquisas sobre lógica da produção na Universidade de Maryland, College Park, EUA. O autor é grato aos professores Frederico Lustosa da Costa e Enrique Saravia, bem como a Roberto da Costa Pimenta, pelos comentários à primeira versão deste texto.

fista, acedeu em ensinar retórica a Euathlus para que este pudesse advogar. Os dois estabeleceram um acordo segundo o qual Euathlus pagaria os honorários devidos a Protágoras somente no caso de ganhar sua primeira causa. Ao fim de algum tempo e muitas lições, Euathlus se negou a pagar pelas aulas. Protágoras, indignado, o processou. Tinha certeza de que ganharia: se vencesse a causa, receberia os honorários por ordem da corte; se perdesse, receberia do mesmo jeito, devido ao acordo que tinha com Euathlus. Advogando em causa própria, Euathlus, que alguma coisa havia aprendido com o sofista, tinha a mesma certeza: se ganhasse, deixaria de pagar por ordem da corte; se perdesse, deixaria de pagar por força do acordo que tinha estabelecido com Protágoras.

Verdadeira ou não, a historinha do sofista e de seu discípulo, um dilema para o qual até hoje não foi possível encontrar uma solução, serve para nos recordar que a dúvida e a ambigüidade sempre regeram grande parte da vida e do mundo. Devemos ter presente esse fato, nós que vivemos em um tempo no qual a fé abusada na ciência e na tecnologia fez medrar o pudor da dúvida e o amor acrítico pela certeza. Nós, que teimamos em esquecer que a dúvida é o motor do saber — se não duvidássemos por que investigaríamos? — e a ambigüidade é o único traço da existência sobre o qual não paira qualquer dúvida.

A praticidade do mundo moderno talvez nos tenha imposto relegar ao desvão da filosofia especulativa a torturante dúvida cartesiana. Mas só a indolência e a covardia explicam nossa recusa a ir mais longe, a discutir o estabelecido. Só elas explicam por que negamos o incerto e difícil, e nos engalfinhamos para decidir *como* e *quem* irá cuidar da cultura, pobrezinha, além de evitarmos ir a fundo e perguntar *se* e *por que* alguém deveria cuidar da cultura.

2. Cuidar da cultura

De uma forma ou outra, na atualidade é dado como certo que a cultura necessita de guarida e conforto. É uma posição simpática e politicamente correta. Mas é preciso que se diga que os argumentos que a sustentam são emocionais, são ideológicos, são patrióticos, são convenientes, mas não são logicamente sustentáveis. Estão amparados em três raciocínios falaciosos.

O primeiro deles é o apelo à voz corrente (*argumentum ad vericundiam*) de que alguém deve cuidar da cultura. Simplesmente, esta é uma premissa falsa, que não tem outro amparo do que o hábito de repeti-la. Afinal, em momentos de grande esplendor cultural não havia ninguém que cuidasse da cultura. Os interesses dos adquirentes dos objetos tangíveis e intangíveis com significado cultural, dos mecenas, dos papas e dos patronos nessas épocas gloriosas eram políticos, religiosos, comerciais, estratégicos, se quisermos. Jamais foram o que hoje chamamos de interesses culturais.

O segundo argumento — expresso sob a forma "como não podemos provar que descuidando da cultura ela não se desfará, concluímos que devemos cuidar da cultura" — é uma falácia clássica, é um *argumentum ad ignorantiam*. Pretende a verdade do oposto. Funda-se na idéia de que não existindo provas para sustentar uma posição, a posição é falsa. É o mesmo que afirmar que uma vez que não é possível provar a inexistência das sereias, elas devem existir. Nem as sereias existem nem a cultura tem, necessariamente, que receber cuidados. A falta de prova do contrário não pode ser tomada como prova.

O terceiro argumento é circular. Afirma que alguém deve cuidar da cultura porque se alguém não cuidar da cultura a cultura ficará descuidada. Não é uma alegação válida, mas uma advertência sobre conseqüências. Também clássico, o *argumentum ad consequentiam* não prova nada. Muito menos que alguém deveria cuidar da cultura.

Dito isso, devemos admitir que, por lógica que seja, a proposta de largar de mão a cultura custaria a quem atrevesse sustentá-la anátemas e hostilidades acima da força humana.

Passemos, pois, rápida e covardemente, ao próximo ponto: deveria o Estado continuar cuidando da cultura ou a responsabilidade sobre a cultura deveria ser repassada à iniciativa privada? Os adeptos de cada uma dessas posições têm razões e delas não arredam. Procuraremos no texto que se segue examinar os principais argumentos dos dois partidos e tentar alinhá-los de modo o mais justo possível.

3. O Estado curador

Vejamos inicialmente o argumento de maior peso a favor da administração da cultura pelo Estado: o de que ele é o único ente reconhecido como garante da democracia cultural. Com efeito, ao Estado tem sido dado não só o encargo de preservar o patrimônio e fomentar a criação, como também a responsabilidade de afiançar a liberdade dos indivíduos e grupos de fruir, manifestar e empreender culturalmente.

No entanto, isso não exime o raciocínio estatista de estar fundado em um falso silogismo. Senão vejamos. Desde que o oráculo de Delfos assegurou a Croseus que, se ele fosse à guerra, destruiria um reino poderoso, aprendemos a separar as categorias. Croseus, como sabemos, foi à guerra, tomou uma surra colossal e destruiu seu próprio reino. O argumento de que, por terem sido escolhidos democraticamente, os governos administrarão democraticamente é da mesma natureza do logro de Croseus. Transfere a forma de alcançar o poder para a forma de exercê-lo. Generaliza o termo médio e é anfibológico, o mísero. A administração democrática não é possível, no sentido de que nós, o *demos*, não podemos votar a cada decisão. Por isso fazemo-nos representar. Decorre

que os estados, condicionados histórica e politicamente, reagem de forma variável à responsabilidade democrática. A influência da estrutura institucional na administração da cultura encerra um contínuo de possibilidades que vai da liberdade total de empreender ao dirigismo estatal. No limite estão o descaso e a ditadura. O mais das vezes trata-se de relativizar a soberania popular em um meio-termo de equilíbrio precário.

Esse não é um problema do setor cultural, mas uma fatalidade operacional da administração pública. O exercício democrático da gerência governamental enfrenta os embaraços intrínsecos a todo processo condicionado politicamente: a subordinação do funcional e justo ao conveniente e ideológico. Qualquer que seja a forma dessa subordinação — à maioria na democracia representativa, à vontade geral rousseauniana nas utopias ou a um segmento social dominante, como o proletariado, por exemplo —, ela enseja a exclusão das minorias, dos não-representados, dos não-pertencentes à fração de referência. Em suma, qualquer que seja a regra política dominante, haverá sempre uma tensão entre as imperfeições dos sistemas de poder e representação e as insuficiências dos meios no exercício da obediência administrativa.

As garantias democráticas de acesso e de apoio à cultura centradas no Estado apresentam uma segunda dificuldade: a da direção inversa do atributo, a de precisar fazer uso do arbítrio para agir democraticamente. O problema deriva da lógica — ou da falta de lógica — inerente à gestão pública de insumos escassos, porque o dever primeiro da governança democrática é cuidar para a distribuição justa e eqüitativa dos recursos da sociedade: dos recursos que estão sob sua guarda e dos recursos que estão sob a guarda dos outros atores societários. O ideal seria que pudesse atender a todas as demandas. Mas isso é impossível. Os recursos são sempre insuficientes. O dever do Estado — a melhor distribuição de recursos entre os setores e, internamente, a distribuição dentro de cada setor — passa a ser o de negar a uns e dar a outros. Tem a obrigação de escolher e limitar.

A falácia aparece, então, sob a forma de que toda escolha racional depende de classificar e as classificações, para serem logicamente válidas, devem obedecer a dois princípios:

- os elementos classificados precisam ser mutuamente exclusivos;
- deve haver um atributo essencial, um atributo presente em todos os elementos.

Quer isso dizer que a legitimidade da classificação que irá determinar o *quantum* de atenção e de recursos disponibilizados para o setor cultural depende da forma adotada para separá-lo dos outros setores. Quando se separa

a cultura da educação, da saúde, dos transportes etc., esta separação deveria estar ancorada em um atributo comum. Na ausência de um predicado que possa claramente ser compartilhado pela cultura e, digamos, pelos transportes, inverte-se a direção da proposição. Aceita-se uma lógica de ponta-cabeça. Entra-se em um sistema de causação circular. Porque o atributo que a educação, a saúde, os transportes e a cultura compartem é o de serem considerados responsabilidade dos governos. Isto é: têm como único predicado comum terem um predicado que é conferido e acolhido como predicado comum.

Assim, à *faute de mieux*, o abacaxi é jogado para cima. Cabe a quem detém o poder decidir. Aos governos, pois, é dado declinar qual o atributo essencial comum à cultura, à educação, aos transportes, à saúde etc. que vai reger a distribuição dos recursos. Ora, como toda classificação, esta se dá segundo gênero e diferença — isto é, segundo um atributo e o fator de diferenciação entre os objetos que possuem em comum este atributo. Já vimos que esse atributo não existe. Então, essa dificuldade é resolvida via redução da cultura a outra coisa. Seja pela transposição setorial — cultura é turismo, cultura é arte, cultura é identidade nacional —, como nos países europeus, seja pela transferência da responsabilidade sobre a cultura para o setor privado — cultura é negócio —, como nos EUA. Nas economias emergentes e nas democracias infantes as escolhas são feitas segundo outro parâmetro: cultura é prestígio e prestígio é voto.

A debilidade dos argumentos que dão aos estados a responsabilidade pela cultura e, em particular, a nebulosidade na diferenciação do termo cultura desembocam em um terceiro campo de irracionalismo — o da partilha eqüitativa dos recursos — e nos remetem ao problema básico da definição operacional de cultura capaz de reger a inclusão ou exclusão do setor cultural como objeto de atenção dos governos. Um paradoxo, mais do que uma falácia. Trata-se do velho quebra-cabeça de determinar o que é cultura. A situação paradoxal reside no fato de que uma definição de cultura, para ser operacional, deveria condensar o conhecimento que temos acerca dos referentes desse conceito. Enquanto não chegarmos a um acordo sobre os referentes do conceito *cultura*, será impossível determinar as regras de inclusão e exclusão no que, por comodidade, denominamos setor cultural. Isto é, não havendo cláusulas restritivas — os limites do conceito para além dos quais o referido não pode ser mais considerado *cultura* —, nada impede que o *heavy metal* seja equiparado a Beethoven e que o assassinato, como queria De Quincey, seja classificado entre as belas-artes.

Para que se possa aquilatar o quão distante estamos de uma aceitação universal do significado do termo *cultura*, damos no quadro 1 uma amostra das definições mais correntes.

Quadro 1

Exemplos de definição de cultura

Tipo	Definição
Antropológico	As redes de significados que o ser homem constrói e na qual também se insere (adaptado de Geertz, 1973).
Arqueológico	Os vestígios materiais de um determinado grupo.
Comportamentais	s Comportamento humano (modo de vida) compartilhado e aprendido. s Uma abstração a partir do comportamento. s Comportamento aprendido.
Estrutural	Idéias, símbolos ou comportamentos padronizados e inter-relacionados.
Funcional	s O modo como os seres humanos resolvem problemas de adaptação ou da vida em comum. s Um conjunto de técnicas para ajustar o ser humano a outros seres humanos e ao ambiente.
Histórico	O acervo social que passa às gerações futuras.
Mental	s Complexo de idéias ou hábitos apreendidos, que inibem os impulsos e distinguem as pessoas dos animais. s O modo de pensar, sentir e viver. s Um conjunto de orientações padronizadas para problemas recorrentes.
Normativo	Ideais, valores ou regras de vida.
Romântico	"As coisas mais nobres (...) luz e doçura (...) para a qual tendem os homens" (Arnold, 1869, *apud* Bodley, 1994).
Simbólico	Consumo de significados arbitrários compartilhados por uma sociedade.
Sociológico	s Formas de organização das sociedades. s Uma sociedade e o seu modo de vida.
Tecnológico	As técnicas, tecnologias e produtos de um grupo.
Tópico	Tudo que está incluído em uma lista de tópicos, como organizações sociais, religião etc.
Vago genérico	O complexo de características espirituais, materiais, intelectuais e emocionais que caracterizam uma sociedade ou um grupo social. Inclui não só as artes e letras, mas também os modos de vida, os direitos fundamentais do homem, o sistema de valores, tradições e crenças.

Essa pequena amostra, adaptada e ampliada a partir de Bodley (1994), é apenas indicativa do problema. Um estudo publicado nos anos 1950 (Kroeber & Kluckhohn, 1952) apresenta e comenta 164 definições do termo *cultura*.

A questão é que, na impossibilidade de encontrar uma fonte universalmente aceitável de parâmetros para uma distribuição justa de recursos, os governos socorrem-se de critérios de conveniência. Os alegados com maior freqüência são:

- as realizações passadas do produtor cultural;
- o número de apreciadores de uma dada manifestação cultural;
- o protesto (e retaliação política) caso um dado segmento seja desatendido;
- a tradição em se apoiar uma determinada manifestação.

Ora, nenhum desses critérios é racionalmente consistente, isto é, nenhum deles constitui base para uma escolha racional. Eles repousam sobre argumentos falaciosos. Ou seja, pela ordem:

- argüir as realizações passadas do produtor cultural é argumentar *ad hominem*, deslocar o foco do ato em julgamento para quem o realiza;
- alegar o número de apreciadores de uma dada manifestação cultural é argumentar *ad populum*, aceitar que a maioria tem sempre razão;
- temer a retaliação política caso um dado segmento seja desatendido é submeter-se a uma argumentação *ad baculum*, concordar sob vara;
- argüir a tradição de apoiar uma determinada manifestação é arrazoar *ad vericundiam*, supor que uma tradição é boa porque é tradicional.

Um quarto nível de dificuldades na administração pública da cultura se apresenta quando o decisor governamental deve cuidar do acesso democrático a recursos entre, por exemplo, o teatro, a música e as artes plásticas. Isto é, deve dividir sua atenção entre modalidades de expressão cultural. O fato é que, tecnicamente, cada modalidade tem uma relevância igualmente máxima. Isso porque, em face da indefinição de seu atributo essencial — o conceito *cultura* —, as modalidades das vertentes culturais pertencem a categorias indiferençáveis. Como tudo passa a ser cultura, o julgamento objetivo e a intervenção administrada de acordo com os preceitos técnicos não são possíveis. Daí que, ainda uma vez, o gestor tenderá a seguir, nas suas decisões administrativas, demandas políticas, igualmente legítimas, inerentes à sua função e democráticas a seu modo. Decidirá em favor do grupo de pressão mais forte, seja esta pressão ideológica, emocional ou econômica. Não porque o queira, mas porque a alternativa é logicamente insolúvel: ordenar categorias díspares ou que recaem nas falácias da composição — onde a propriedade das

partes (cada uma das manifestações culturais) é estendida ao todo — ou da divisão — onde as propriedades do todo *cultura* são estendidas às partes, vale dizer, a tudo que qualquer um ache que é cultura.

Não importa discutirmos aqui se concordamos que o Estado deve ser a única instância a cuidar da cultura. Esta é a realidade observável. Não há como negar fatos. O que queremos evidenciar é a fragilidade dos argumentos que sustentam essa posição. Fragilidade que torna quase impraticável tecnicamente a administração cultural e que, mais do que a intolerância e a incompetência, faz com que a balança da tensão entre os interesses imediatos de governo e os interesses culturais penda para os primeiros.

Até aqui procuramos demonstrar que os argumentos de que alguém deve cuidar da cultura, de que este alguém só pode ser o Estado (na verdade, os governos), porque não há outra instância que possa fazê-lo, ou de que os governos são a instância menos ruim para cuidar da cultura, são falaciosos. Não demonstram que os governos representam a vontade geral em termos culturais, nem que as diversas culturas e as nuanças dentro de cada subcultura possam ser representadas politicamente. Também não amparam a opinião de que os governos, por serem democráticos, devem ser os árbitros do culturalmente legítimo e não se aterem aos valores peculiares das classes dirigentes, nem que os governos democráticos estão impedidos de padecer de um mau gosto atroz, como freqüentemente acontece.

4. A espontaneidade do privado

Pareceria lógico irmo-nos socorrer da administração privada para cuidarmos da cultura. Mas, também aqui, estamos em terreno movediço. Senão vejamos.

Talvez o argumento oferecido com mais freqüência a favor da gestão privada da cultura é o da eficiência. A administração empresarial seria mais eficiente do que a pública. É curioso como poucos se dão conta de que esse argumento encerra uma das falácias clássicas de indução, a da falsa analogia. A falsa analogia está na origem de disparates do tipo: os empregados de uma organização são como os pregos que mantêm ereta uma construção; como os pregos, devem apanhar na cabeça para funcionarem bem. As analogias são traiçoeiras. A falsa analogia é absurda. Ao igualar os desiguais, promove um salto conceitual em meio ao raciocínio. Obviamente, do fato de que as empresas aplicam bem o capital de que dispõem não decorre que seriam capazes de aplicar bem recursos públicos, como não decorre que poderiam exercer uma boa administração doméstica. O capital, os recursos pertencentes a toda sociedade e o salário têm em comum serem dinheiro. Mas são dinheiros de categorias diferentes. Sem dúvida, a administração privada é mais eficiente do que a administração pública, mas em termos de investimentos privados, não em termos da inversão de recursos públicos. A analogia não cabe. O conceito

de eficiência — a razão recursos sobre recursos — é aplicado aqui impropriamente. Não há como sustentar que a administração privada poderia obter resultado positivo quando se trata de melhorar a relação recursos públicos sobre recursos públicos.

Por vezes o argumento é apresentado de forma diferente. Argúi-se que as empresas são eficazes, porque senão não sobreviveriam, enquanto as agências governamentais sobrevivem sem ser eficazes. Primeiro, há aqui um ilícito da maior: a premissa maior de que as empresas são eficazes refere-se a algumas empresas, enquanto o predicado da conclusão refere-se a todas as agências governamentais. É um engano do tipo " todo carioca é brasileiro e nenhum paulista é carioca, donde nenhum paulista é brasileiro". Segundo, temos o engano silogístico do *quaternio terminorum*, a falácia do quarto termo. É uma formulação do tipo "todo cão é um animal, todo gato é mamífero, nenhum cão é um gato, donde nenhum animal é um mamífero". Silogismos com quatro termos levam a equívocos. Usando os mesmos termos — as empresas, a eficácia, a sobrevivência, as agências governamentais —, poderíamos também argumentar que as agências governamentais são eficazes porque sobrevivem, Deus sabe como.

Um terceiro argumento a favor da administração privada da cultura é o do ciclo de vida. De acordo com este raciocínio, a administração privada tende a ser mais "natural", tende a abandonar os bens e serviços nos quais a sociedade tenha perdido interesse, enquanto o administrador público, ao contrário, é conservador: tende a conservar a razão do seu emprego. O argumento do ciclo de vida acolhe o juízo de que conservar o segmento da cultura que já não tem interesse é como dar oxigênio a defunto: um ato de piedade incongruente. O falso raciocínio aqui é emblemático do primeiro modo das falácias causais, a *post hoc* (*post hoc ergo propter hoc*, ou "depois disso, donde devido a isso" — ou seja, sustentar que como *B* sucede a *A*, *A* é a causa de *B*). A falácia *post hoc* está por trás do raciocínio que leva a concluir que, uma vez que todo banqueiro usa gravata, se usarmos gravata seremos todos ricos. O engano aqui reside em que, como a gravata e o dinheiro, a perda de interesse e o abandono da cultura são ambos efeitos. Ambos ocorrem, mas um não é a causa do outro.

Aliás, o argumento do ciclo de vida é duplamente falacioso. Também é tautológico, na medida em que informa que o segmento da cultura sobre o qual não há mais interesse é abandonado porque não há mais interesse nele. A causa do abandono e do desinteresse é que deveria ser o foco da argumentação. Algumas vezes a causa será o esgotamento da manifestação cultural, quando, então, caberá conservar a sua memória. Outras, será porque o interesse cultural — expressão e identificação — foi superado por interesses outros, econômicos, sociais, políticos ou até mesmo culturais de outra índole. Mas não há como sustentar que a iniciativa privada saberá lidar melhor com eventos como esses. O argumento volta-se contra si mesmo. A iniciativa priva-

da não terá interesse em conservar a memória da manifestação que já tenha vivido o seu tempo. Muito menos terá como nem por que proteger a cultura ameaçada de morte prematura.

Um quarto argumento a favor da administração privada da cultura é o de que o Estado tem coisas mais importantes a tratar. Esta é uma falácia do tipo *ignoratio elenchi*. A premissa do argumento é verdadeira, mas não é prova para conclusão. Do fato de que o Estado tenha mais coisas a cuidar do que a cultura não decorre que os particulares também não tenham coisas mais importantes a cuidar. Têm, obviamente. Os particulares têm de cuidar da sua própria vida, da sua subsistência e de sustentar o Estado, que deveria cuidar dos interesses públicos, que não são interesses abstratos, mas o conjunto dos interesses comuns aos particulares.

Outros raciocínios a favor da administração privada da cultura são operacionais, mas nem por isso menos falaciosos. Por exemplo, é comum ouvirmos que a troca sistemática dos dirigentes públicos provoca a descontinuidade das políticas relativas à cultura. O argumento é verdadeiro, mas, como crítica à administração pública da cultura, é falacioso. É uma falácia do tipo *petitio principii*, em que a premissa está incluída ou é uma conseqüência da conclusão. A administração pública democrática tem como característica a rotatividade dos quadros executivos justo por ser pública e democrática. A troca de dirigentes e de políticas renova e auditora a administração. É isso que a torna pública, no sentido de que não é privada, de que não tem um dono.

5. Como se

Vimos como os principais argumentos dos que postulam a administração da cultura como necessidade ou como dever inalienável do Estado ou, ainda, como encargo espontâneo do setor privado, são difíceis de sustentar. O fato é que as barreiras à administração pública da cultura — a da iniqüidade distributiva entre os segmentos do aparelho de Estado, a do desequilíbrio entre os subsetores culturais e a da ausência de critério para eleição dos beneficiários dos recursos — estão longe de ser integralmente superadas. Ao mesmo tempo, pelo lado da iniciativa privada, vivemos a miséria da cobiça irracional. E o pior da divinização do êxito material está no mundo que o erige, não no êxito em si. Porque esse mundo é necessariamente imanente, nele não há exterior, como não há nada exterior à ordem no stalinismo ou à raça no nazismo. É um mundo em que a cultura, seja lá o que for a cultura, é desvirtuada, distorcida até encaixar-se na ilusão do momento. Um mundo que ampara seus sonhos sobre uma estética bufa e uma arte ridícula.

É claro que restam opções. Podemos pensar em sistemas de parceria. Não que a parceria deixe de apresentar problemas. Os parceiros, como os sócios, compartilham recursos e poder, o que nos deixa três possibilidades lógi-

cas para a parceria entre o Estado e os particulares. Na primeira, o Estado entra com a maioria dos recursos (públicos) e a iniciativa privada faz o que lhe der na telha. Na segunda, a iniciativa privada entra com a maioria dos recursos para que o Estado o gaste a seu bel-prazer. Convenhamos que estas são alternativas algo delirantes. Resta a terceira e salvadora possibilidade: a do poder e dos recursos perfeitamente equilibrados. O dinheiro e o mando seriam perfeitamente divididos entre o Estado e os particulares. Quanto ao dinheiro, não há problemas. Repartir o comando eqüitativamente é que são elas. Primeiro há que se encontrar a régua de dividir o poder, perdida, segundo consta, pelos cônsules romanos. Depois, há que se fazer com que a cultura sirva a dois senhores, caminhe em duas direções, suba e desça ao mesmo tempo. E por que não? São Denis, que depois de decapitado costumava passear com a cabeça cortada debaixo do braço, já ensinava que é somente o primeiro passo que custa.

Finalmente — que isso de implicar com tudo e com todos já vai longe — podemos sempre nos refugiar na própria lógica para justificar nosso conformismo. Vaihinger (1949), um ficcionista kantiano lamentavelmente esquecido, construiu toda uma obra para demonstrar por que precisamos da ilusão para viver, por que omitimos as discussões como esta da responsabilidade pela cultura. Diz ele que todos vivemos no mundo do "como se". Amamos como se o amor fosse eterno, nos comportamos como se as leis fossem justas, levamos a existência como se não fôssemos morrer. A conclusão de Vaihinger é que, se não agíssemos assim e nos puséssemos a questionar o instituído, não faríamos mais nada. E que a razão para o embuste é a sobrevivência. Sem a anestesia do "como se" sucumbiríamos no vórtice do questionamento crônico, da dúvida hiperbólica de Descartes, que duvida tanto que duvida de si mesma. Isso posto, e sendo o mundo como é, o melhor mesmo parece ser deixarmos a administração da cultura em paz e irmos tratar da vida. Ou não.

Referências bibliográficas

Arnold, Matthew. *Culture and anarchy*. 1869.

Bodley, John H. *Cultural anthropology: tribes, states and global system*. 1994.

Geertz, Clifford. *The interpretation of cultures*. 1973.

Kroeber, A. L. & Kluckhohn, C. *Culture: a critical review of concepts and definitions*. Cambridge, Harvard University Peabody Museum of American Archeology and Ethnology, 1952. (Paper 47.)

Vaihinger, Hans. *The philosophy of "as if", a system of the theoretical, practical and religious fictions of mankind*. London, Routledge, 1949.